

Ano 15 · nº 40 · dezembro de 1995

# TRABALHO & SAÚDE

## LER epidemia do fim do século

XIII Semsat abre  
discussão sobre  
as LER e as  
propostas para  
sua prevenção

### ACORDOS

Prensas injetoras  
Benzeno

### ENTREVISTA

Heguiberto  
Navarro

**Saúde dá muito trabalho  
e estamos lutando para  
o trabalho dar mais saúde**

**Diesat, há 15 anos  
nessa luta**

**Ficha de filiação**

**Entidade:** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**Bairro:** \_\_\_\_\_ **Cidade:** \_\_\_\_\_

**Estado:** \_\_\_\_\_ **CEP:** \_\_\_\_\_ **Tel:** \_\_\_\_\_

**Número de Trabalhadores na Categoria:** \_\_\_\_\_

**Delegado Efetivo:** \_\_\_\_\_

**1º Suplente:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_\_

**Assinatura do Presidente:** \_\_\_\_\_

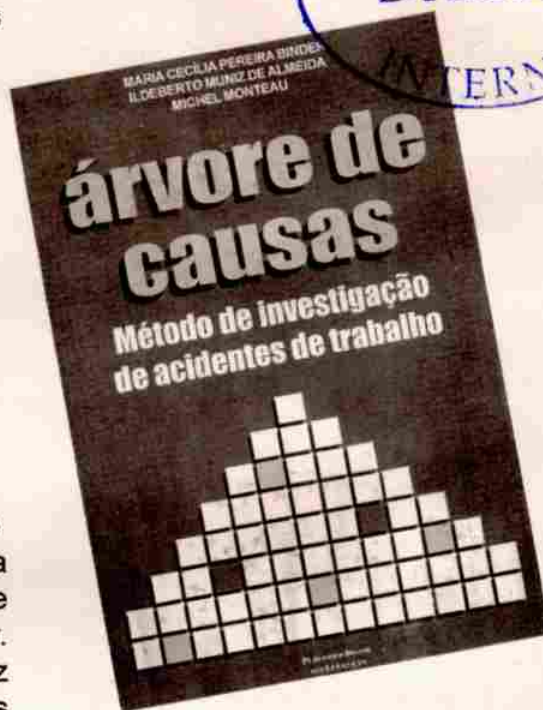
**Esta ficha, ou sua xerox, deve ser enviada para o Diesat:  
Caixa Postal 4901 - CEP: 01051-970**

# Método de Árvore de Causas: novo livro do Diesat

**S**aber quais são os antecedentes e as circunstâncias envolvidas em um acidente de trabalho, que geralmente são subestimados quando de um laudo tradicional, é essencial para se determinar os verdadeiros riscos da atividade profissional. A consequência da não determinação desses antecedentes acaba, invariavelmente, apontando a culpa para a falha humana.

O livro **Árvore de Causas : Método de Investigação de Acidentes de Trabalho**, apresenta um estudo detalhado de como organizar esses antecedentes e como propor medidas que eliminem ou minimizem os riscos de acidente.

O método, originado no Institute National de Recherche et de Sécurité, INRS, da França, está incluído na proposta de redação da nova NR-5. Independentemente de se tornar lei é uma ferramenta indispensável para técnicos de segurança, cipeiros, dirigentes sindicais e todos que se preocupam com a segurança do trabalhador. Os autores, Maria Cecília Pereira Binder e Ildeberto Muniz de Almeida, já têm utilizado o método de árvore de causas em suas atividades profissionais. O livro apresenta, ainda, pela primeira vez em língua portuguesa, a tradução completa do texto de Michel Monteau, pesquisador do INRS, considerado um dos pais do método.



**Árvore de Causas – Método de Investigação de Acidentes de Trabalho** –, editado pela Publisher Brasil Ltda., pode ser adquirido diretamente através do Diesat. Preencha o cupon abaixo e remeta para o Diesat – Caixa Postal 4901 – CEP 01051-970 – São Paulo/SP

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ Cidade _____ Estado _____ CEP _____
Telefone _____ Fax _____ Caixa Postal _____
Eu desejo adquirir _____ exemplares
Preço por exemplar – R\$ 15,00
Nos pedidos acima de cinco livros, desconto de 15%
Nos pedidos acima de dez livros, desconto de 20%
Incluso cheque nominal ao Diesat – Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho

## **Trabalho & Saúde**

Informativo do Departamento  
Intersindical de Estudos e  
Pesquisas de Saúde e dos  
Ambientes de Trabalho - Diesat  
CxP 4909 - São Paulo - SP  
CEP 01051-010  
Tel. 223-7435  
Fax 223-4414

### **Diretor Responsável**

Élcio Antonio Tibério

### **Coordenador Técnico**

Paulo Roberto do Nascimento

### **Jornalistas responsáveis**

Norian Segatto e Renato Rovai

### **Colaboraram nesta edição**

Paulo Roberto Nascimento, Nilton  
B.B. Freitas, Edith Seligmann Silva,  
Francisco Antonio de Castro  
Lacaz, Luiz Felipe Silva, Rodolfo  
Andrade Vilela, Walter Takashi e  
Eliane Coelho

### **Foto de capa**

Jesus Carlos/Imagenlatina

### **Digitação**

Sandro Celestino e Michel Segatto

### **Secretaria e assinaturas**

Aparecida de Fátima Pianta

Regina Maria Ferreira

### **Edição**

Publisher Brasil - tel. 222-2985

### **Tiragem**

5.000 exemplares

### **Diretoria Executiva:** Élcio Antonio

Tibério, Ubirajara Tannuri Félix,  
Márcio Câmara Leal, Robélio Cruz  
da Silva, Maria do Carmo RF  
Medeiros, Gilberto Almazan, Sérgio  
Augusto Cardoso Teixeira, Josino  
Silva Rodrigues e Julival A. das  
Neves.

**Suplentes:** Pérsio Dutra, Carlos  
Augusto dos Santos, Maria Amélia  
Soares Teixeira, Pedro Rubín,  
Edna Maria do Sacramento, Nélon  
Cirtolli, Mpyes Moreira Santos,  
Everani Aires da Silva Oliveira e  
Cláudio Roberto Magalhães.

**Conselho Fiscal:** Lourival Batista  
Pereira, Edvaldo Eustáquio da Paz  
e Benedito Pedro Gomes.

Suplentes do Conselho Fiscal:  
Marta Carlote de Oliveira, João  
Réus do Nascimento e Sebastião  
Vieria do Nascimento.

# **Cancelado CA do capacete Novel**

Cabe-nos informar que a Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho - publicou no Diário Oficial da União de 21/9/95, a Portaria nº 7 cancelando o Certificado de Aprovação nº 4688, dos capacetes de plástico produzidos pela Empresa Novel, largamente consumidos em todo país.

Essa ação saneadora veio ao encontro da suspeita de irregularidades nos capacetes Novel, feitas pelo Sindiseg em abril deste ano, seguida de denúncias do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, que foram constatadas e comprovadas pela fiscalização do MTb de São Paulo.

De acordo com o Artigo 167 da CLT, o EPI que teve o seu CA cancelado não pode ser mais posto à venda nem utilizado, proibição essa que é reiterada na NR-6 em seus itens 6.5 e 6.9.3.

O Sindseg informa também que recebeu e está encaminhando à

Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho - SSST - indicação de suspeita de irregularidade técnica quanto a cinturões que embora possuindo CA estão sendo fabricados em desacordo com as normas, assim como EPI's importados irregulares, sem CRI/CA, que não respeitam o código de defesa do consumidor, pondo em risco de acidentes fatais os trabalhadores brasileiros.

Ações dessa natureza refletem um dos objetivos do Sindiseg que é o combate ao grande número de EPI's irregulares, tanto nacionais como importados, o que se traduz na defesa legítima dos portadores de CA e CRF com produtos devidamente aprovados e rigorosamente fabricados dentro das normas.

Certo de seu apoio na divulgação deste alerta, agradecemos antecipadamente.

Diretoria do Sindiseg

## **Metalúrgicos de Guarulhos e o Mercosul**

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos Sebastião Vieira do Nascimento esteve em Assunção representando os trabalhadores brasileiros na Conferência que tratou sobre o intercâmbio e alternativas de seguridade e saúde nos países do Mercosul.

A Conferência teve as participações do Brasil, do Paraguai, Argentina e Uruguai, países que compõem o Mercosul, e do Chile e da Venezuela.

Sebastião afirmou na Conferência que "temos de mobilizar os trabalhadores contra o desemprego, pela saúde e pela seguridade social. Em todas as lutas temos de colocar em pauta as bandeiras de melhoria das condições de vida e salário, temos de lutar contra a divisão do movimento sindical e as tentativas do governo de quebrar a unidade".

Sind. Metalúrgicos de Guarulhos

# 15 anos em defesa da saúde

**E**m agosto deste ano o Diesat completou 15 anos de existência. Como parte das comemorações foi realizada a XIII Semsat. A Semana de Saúde do Trabalhador deste ano, realizada em várias cidades de São Paulo, debateu, principalmente, as Lesões por Esforços Repetitivos (LER), a última grande doença do trabalho do século. Os resultados estão detalhados na matéria de capa deste número.

O lançamento do livro *Árvore de Causas, Método de Investigação de Acidentes de Trabalho*, de Maria Cecília P. Binder, Ildeberto Muniz e Michel Monteau, editado pelo Diesat e uma editora particular, também faz parte das comemorações

## **Diesat faz 15 anos com a realização da XII Semsat, lançamento de um livro e apontando suas baterias contra as Lesões por Esforços Repetitivos**

dos 15 anos da entidade. O livro aborda um dos métodos mais discutidos da atualidade e que os profissionais da área de segurança ainda possuíam pouca referência bibliográfica em português.

Destaca-se nesta edição, ainda, o acordo sobre o benzeno, que resultou em portaria dentro das Normas Regulamentadoras do MTb.

Em entrevista para a T&S, Eguiberto Navarro, o Guiba,

presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, discute a questão do desemprego e as alternativas para a geração de novos postos de trabalho.

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), polêmico projeto do ministro da Saúde, Adib Jatene, também está em debate nas páginas da revista.

A partir deste número Trabalho & Saúde começa a reproduzir material produzido por entidades internacionais. O primeiro deles, da Hazard Magazine, entidade inglesa de defesa da saúde, aponta os riscos para trabalhadores à exposição de substâncias químicas.

Tenha uma boa leitura.

## **Lei de patentes vai a votação**

**O** governo pretende promover a votação da lei de Patentes no início de 1996.

As duas comissões do Senado encarregadas de relatar a matéria chegaram a posições discordantes sobre o tema considerado mais polêmico do projeto de lei: o "pipeline" – dispositivo que concede patentes de processos e produtos, retroativamente. Esta é uma exigência norte-americana, defendida pelo governo brasileiro, rejeitada pela Comissão de Constituição e

Justiça (CCJ) e apoiada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ambas do Senado. Na segunda semana de dezembro, o relator da CAE pediu adiamento da votação temendo que não fosse aprovada.

Como os relatórios são contraditórios, prevaleceria o que fosse considerado mais apropriado para discutir o tema. Ou seja, a lei de patentes é preponderantemente assunto econômico, como quer fazer valer o governo, ou de direito

comercial?

Assim condicionada, a discussão restringe o universo do tema e acabará por não entrar na negociação outras questões importantes como o patenteamento dos seres vivos e o tempo de carência para adoção das medidas. Em um cenário pessimista, significa conceder a riqueza biológica da Amazônia e diminuir as possibilidades de reação da empresa nacional à avalanche dos interesses norte-americanos, em troca do "pipeline".

# Luta contra desemprego é prioridade

Uma das primeiras e mais nefasta conseqüência do projeto neoliberal, que usa "modernidade" como codinome e tanto agrada aos conservadores, é o desemprego. Em todos os países em que sua receita foi implantada o resultado tem sido o mesmo: queda no poder aquisitivo dos assalariados e extinção de postos de trabalho. A situação é tão grave que o desemprego crônico será tema central da Conferência de Cúpula Ibero-Americana em 1996.

Uma das categorias profissionais que mais tem sentido os efeitos dessa política são os metalúrgicos, que estão se mobilizando com outros segmentos da sociedade para propor alternativas para a geração de novos empregos. Com o volume de demissões ocorrido entre os metalúrgicos do ABC, a Previdência Social está deixando de arrecadar R\$ 2 milhões em contribuição por mês e



Estilo de vida: procura constante por um emprego

deixam de circular na economia cerca de 47 mil salários mínimos. Mas os principais prejudicados são mesmo os trabalhadores, expostos à agressão do desemprego prolongado, que desagrega o indivíduo no plano particular e familiar e afeta sua saúde física e

psicológica.

Nesta entrevista, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Eguiberto Navarro, o Guiba, aprofunda o debate e propõe alternativas para a geração de novos empregos.

<b>Emprego em agosto de 1995</b>	
São Bernardo do Campo	81.394
Diadema	31.020
Santo André	17.660
Mauá, Ribeirão Pires, RG Serra	13.167
<b>Perda de postos de trabalho</b>	
junho	174
julho	770
agosto	3.396
<b>A perda estrutural de postos de trabalho</b>	
Dezembro 89	201.926
Outubro 95	143.941

*T&S* – O alto índice de desemprego tem atingido diversas categorias, entre elas a dos metalúrgicos. Quais são as principais causas desse fenômeno na categoria?

Guiba – Aproximadamente 105 mil trabalhadores da indústria paulista foram demitidos nos últimos meses. Esses postos de trabalho foram eliminados, o que significa que as pessoas não terão como sobreviver da sua profissão original. Muitos vão para o mercado informal, no "vale tudo" para sobreviver. Vão vender pipoca doce no farol, se preciso, para assegurar o sustento da família.

Aqui no ABC já somos quase 8 mil desempregados e, assim como os

demais trabalhadores demitidos, somos vítimas direta do processo de reestruturação produtiva que as indústrias de todo o mundo estão vivendo. As novas tecnologias, ao contrário do que deveria acontecer, trazem consigo o aumento da miséria, da favelização das famílias e a proletarianização da classe média. Ao mesmo tempo, o plano econômico do governo tem contribuído para agravar a onda de desemprego, ao limitar o consumo, abrir as importações sem nenhum critério, o que permite o verdadeiro dumping social, com a entrada de produtos de qualidade suspeita, mas com preços infinitamente menores que os nossos.

**T&S – O que o Sindicato tem feito para evitar o agravamento da situação?**

Guiba – Já apresentamos inúmeras sugestões aos ministros da área econômica no sentido de provocar mudanças de rota do plano. Não defendemos privilégios ou reserva de mercado para ninguém. Mas achamos que deve haver critério, etapas, que sejam menos traumáticas para a sociedade brasileira. Para exemplificar, sugerimos a fixação de índice de conteúdo de autopeças nacionais em nível de 70% do valor total das peças utilizadas na fabricação de veículos, por empresa. Por outro lado estamos realizando grandes mobilizações sociais, como o ato "Brasil, cai na real", oportunidade única em que pela primeira vez, todos os segmentos sociais unificaram-se para mostrar a triste realidade do país e exigir mudanças.

**T&S – O Sindicato mantém algum serviço de assessoramento aos desempregados?**

Guiba – Nosso Sindicato tem mantido parcerias com as prefeituras locais para possibilitar a reciclagem dos desempregados,



**Guiba: sindicato busca alternativas**

uma maneira de abrir o campo de oportunidades para os trabalhadores.

**T&S – E quais outras alternativas poderiam ser adotadas?**

Guiba – O desemprego não é um fenômeno ligado à vontade de uma ou mais pessoas. É fruto de toda uma política industrial e social que um governo impõe à sociedade. Mas, hoje, esta política não está mais sob controle de governos nacionais. Está sob o comando da lógica "moderna" do capitalismo mundial. O capital internacional dá as ordens. Então, do ponto de vista estrutural do problema do

desemprego, é preciso, para ser claro e pragmático, enfrentar esta ordem. Se o comando do país não tiver alguém com uma equipe competente e com este compromisso, nenhuma proposta terá força para alterar o quadro de desemprego. Entretanto, nós temos alternativas para o momento e vou citar apenas uma: a redução com flexibilização da jornada de trabalho. Segundo nossos estudos, se a jornada atual de 44 horas semanais cair para 42, as montadoras e auto peças abrem 16.300 novos empregos e mais 98 mil na cadeia produtiva. Se cair para 40 horas semanais, serão criados 32.500 novos empregos e 195 mil na cadeia produtiva.

**T&S – Na sua opinião, a criação do Mercosul melhora ou piora as perspectivas para o trabalhador brasileiro em relação a demanda por empregos?**

Guiba – Se os trabalhadores e as entidades não acompanharem de perto e com poder de intervenção no processo de estruturação do Mercosul sofreremos mais um duro golpe, não só com a perda de nossos empregos, mas com a

## AS RAZÕES DO DESEMPREGO

Os principais fatores que contribuíram para esta redução estrutural do nível de emprego foram, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC:

- as novas formas de organização e de gestão da produção do trabalho (reestruturação produtiva, terceirização, etc:)
- a instabilidade macroeconômica que se refletiu na retração de mercados importantes como o de bens de capital, afetados pela ausência de investimentos;
- a política de abertura às importações (veloz redução de tarifas aduaneiras cobradas sobre automóveis, autopeças, máquinas e produtos eletroeletrônicos nos últimos anos, parcialmente interrompida nos últimos meses, em razão de crise de Balanço de Pagamentos).
- as elevadas taxas de juros, o aperto financeiro, as retrinções do crédito ao consumidor, diminuem a atividade econômica que por sua vez implicam na redução do nível de emprego.

### Rotatividade

setembro/94 a agosto/95

Diversos	29,3%
Mecânica	24,8%
Mat. Eletr. Comunic.	17,9%
Metalurgia	20,4%
Autopeças	16,4%
Montadoras	3,9%
<b>Média</b>	<b>15,8%</b>

destruição de nossas conquistas sociais e rebaixamento salarial. Por isso há alguns anos nosso Sindicato e a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, estão participando de um fórum de debates, constituído de sindicatos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de assegurar as nossas conquistas e a construção de um Mercosul solidário.

*T&S – Quais são os limites do movimento sindical na discussão sobre a geração de mais postos de trabalho?*

Guiba – Volto à discussão já proposta acima. Fora daquelas alternativas não há saída eficiente para assegurar emprego. Mas, acho que ainda não esgotamos os nossos limites. Sinto que o momento é de buscar soluções criativas, inteligentes, em parceria com os demais setores da sociedade. O sindicalismo deve passar por um profundo processo de reciclagem, abrir a mente e o coração, pular os quatro muros da empresa, sair do chão da fábrica para, também, trabalhar com o operário cidadão, que mora, tem família, tem problemas de saúde e educação, quer lazer e ser feliz. O sindicato cidadania tem de ver o trabalhador por inteiro. Sem perder de vista suas características originais, o sindicalismo precisa mudar o eixo de atuação. Com certeza acharemos mais e eficientes saídas.

## A SAÚDE PRECÁRIA NO DESEMPREGO PROLONGADO

Edith Seligmann Silva

O desemprego prolongado é um problema que vem merecendo atenção internacional, pois atinge grupos humanos cada vez maiores. As pessoas atingidas pelo desemprego de longa duração (DLD) freqüentemente sofrem, ao mesmo tempo, precarização da saúde.

Muitos problemas de saúde são resultantes do desgaste ocasionado pelas situações de trabalho e de vida anteriores ao desemprego; desgaste que muitas vezes acaba por prejudicar o desempenho no emprego, vindo inclusive a ser a causa da demissão.

Em outras situações, os problemas que atingem o organismo e a saúde mental decorrem da tensão e das decepções sucessivas na busca de um novo emprego, acompanhadas da deterioração das condições de vida. O nervosismo e a má alimentação, o cansaço acumulado de quem procura emprego sem sucesso, por semanas e meses seguidos, a dificuldade cada vez maior de atender as necessidades de subsistência da família, acabam por prejudicar o ânimo e a aparência, desfavorecendo ainda mais a possibilidade de conseguir emprego.

Ainda que o desemprego se prolongue por meses e até anos, esse imenso problema costuma não ter visibilidade através das estatísticas divulgadas sobre o mercado de trabalho. Embora parte do problema possa ser reconhecido nas pesquisas Dieese/Seade sob as rubricas "desemprego oculto pelo trabalho precário" ou "desemprego oculto pelo desalento", não são

abordadas nas pesquisas do IBGE, que revelam apenas o "desemprego aberto". Na situação de DLD, muitos já não contam com condições psicológicas, de saúde ou econômicas necessárias para enfrentar a competição por um emprego.

Fala-se muito da desvantagem sofrida pelos que não tiveram oportunidades de estudar e de obter uma qualificação profissional. Indiscutivelmente, as precariedades do nosso sistema educacional constituem uma causa importante para o desemprego de muitos e também para a ocorrência do DLD. Programas de qualificação e de requalificação tornam-se imprescindíveis e precisam ser ampliados urgentemente. Entretanto, as políticas públicas e as ações da sociedade precisam encarar um desafio bem mais complexo e extenso para enfrentar o crescimento do DLD.

Desenvolver políticas exclusivamente no campo da educação pode significar a dispersão de recursos.

O isolamento social dos que estão desempregados há muito tempo, o fenômeno da evasão escolar que atinge seus filhos, a interrupção de tratamentos médicos são questões a levar em conta na articulação necessária entre políticas sociais que tenham por alvo concomitante o emprego, a saúde e a educação.

Os sindicatos, que atualmente lutam pela preservação dos empregos, certamente já começam a sentir a necessidade de também desenvolver ações voltadas para aqueles que pertencem agora à legião dos que vivem o desemprego de longa duração.



capa

# Semsat abre fogo contra as LER

**A XIII Semsat reuniu  
mais de 500 pessoas  
para debater as  
condições de saúde**

Como parte das comemorações de seus 15 anos, o Diesat organizou a XIII Semsat – Semana de Saúde do Trabalhador –, realizada no final de agosto. Na versão deste ano, a diretoria do Diesat decidiu descentralizar os debates. Sobre o tema geral "A saúde do Trabalhador no contrato coletivo de trabalho", discutiu-se os problemas causados pela utilização do Benzeno, a questão das prensas injetoras, mas principalmente as Lesões por Esforços Repetitivos, a grande epidemia do fim do século.

Foram escolhidos sete sindicatos de São Paulo para as discussões temáticas e o encerramento se deu no auditório Vladimir Herzog, do Sindicato dos Jornalistas. "Escolhemos os locais a partir dos temas que elegemos para discutir, tendo em vista o trabalho de cada entidade e a infraestrutura que poderiam fornecer para o evento", afirma Gilberto Almazan, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e tesoureiro do Diesat.

A proposta de descentralizar as discussões permitiu que um maior número de trabalhadores pudessem participar da Semsat. "Temos de ter clareza que debates sobre condições de saúde e propostas para melhorar o ambiente de trabalho ainda não atraem o interesse dos trabalhadores em geral. Se realizássemos a Semsat em um local fixo, durante dias de semana, a frequência seria



Descentralização: mesa de debates da Semsat realizada em Guarulhos



Josino Rodrigues, Lia Giraldo e Mário Bonciani durante Semsat de Santos

praticamente restrita a dirigentes sindicais. Com a descentralização pudemos atrair mais trabalhadores para o encontro", destaca Élcio Tibério, presidente do Diesat e diretor do Sindicato dos Químicos do ABC.

A lógica de Tibério pôde ser

comprovada na prática. Mais de 500 pessoas participaram da Semsat nos quatro dias de sua realização. "Considerando as dificuldades naturais de mobilização que o movimento sindical vive e por ter sido feita durante a semana, a Semsat foi um sucesso", conclui



Jesus Carlos/Imagematina

**Metalúrgicos de Osasco: mais de duzentas pessoas participaram do evento na sede do Sindicato**

dados não correspondem à realidade: "A subnotificação ainda é uma realidade no setor", afirma.

Durante os debates da Semsat chegou-se à conclusão de que detectar que as LER assumem hoje características de epidemia não resolve o problema. São necessárias ações concretas e propostas para evitar que milhares de trabalhadores tornem-se inválidos. Corretas condições de trabalho, equipamentos ergonomicamente adequados, pausa de 10 minutos para cada 50 trabalhados nos serviços de risco, cursos sobre

Pérsio Dutra, do Diesat e diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados de São Paulo.

## **LER - inimiga nº 1**

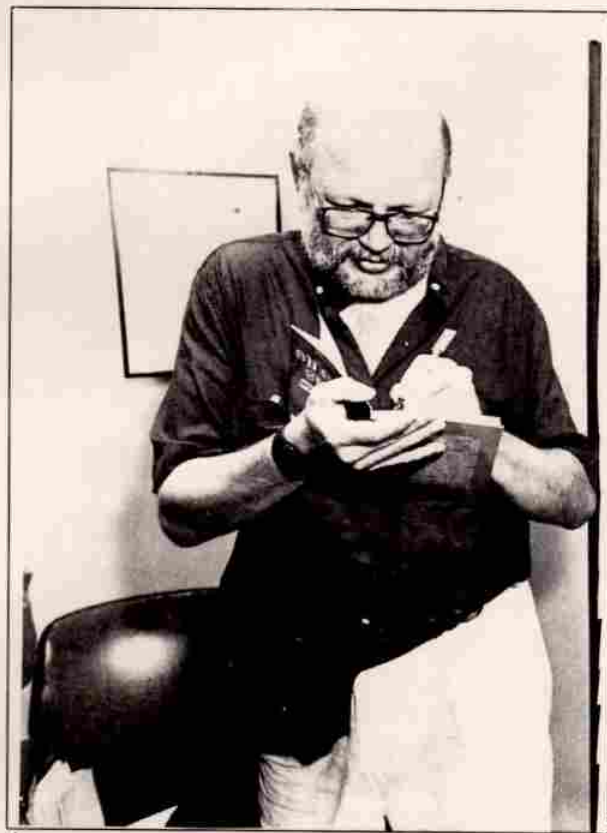
Os problemas que afetam a saúde do trabalhador são inúmeros e ainda agravados pelas condições de trabalho, em geral inadequadas. O Diesat tem, durante seus 15 anos de existência, procurado abordar sistematicamente as questões que estão na ordem do dia das discussões sobre saúde. "Eleger um tema e centrar fogo contra ele é uma tática que tem se mostrado positiva, concentra os esforços e consegue-se avanços, tanto práticos, como no nível de conscientização das pessoas", afirma Luiz Felipe Silva, coordenador técnico substituído do Diesat.

Para essa Semsat o tema prioritário escolhido foi a LER, por ser uma doença ainda relativamente nova e que tem atingido características de epidemia.

São milhares de novos casos a cada ano.

As estatísticas sobre o número de acidentados ainda são escassas. Poucos sindicatos fazem o acompanhamento dos casos. Apesar da obrigação de se emitir a Comunicação de Acidentes de Trabalho - CAT -, a subnotificação ainda é grande.

Segundo Valdemir Santana, médico do Sindicato dos Bancários de São Paulo, em 1993 foram notificados 794 casos de LER na categoria, representando 44% de todos os acidentes. Até setembro deste ano, 812 casos já haviam sido detectados, representando 77% de todos os acidentes. Valdemir destaca, porém, que esses



Jesus Carlos/Imagematina

Árvore de Causas: os autores Ildeberto Martins...

Élcio Tibério (ao microfone) durante Semsat realizada no Sindicato dos Metalúrgicos de Salto: LER foi tema prioritário



Maurício Moraes/Imagemlatina

prevenção e tratamento efetivo, com afastamento do serviço são apenas alguns dos fatores que devem ser levados em conta quando se discute a prevenção à doença.

A Semsat definiu, também, que a ação dos sindicatos é fundamental para exercer a fiscalização sobre os locais de trabalho e cobrar de empresários e governo seriedade no tratamento da questão.

## outros temas

Apesar de as Lesões por Esforços

Repetitivos terem sido a tônica geral da Semsat, o evento também discutiu os problemas causados pelo Benzeno e os procedimentos de segurança necessários para se evitar acidentes de trabalho na operação de prensas injetoras. Segundo Élcio Tibério esses temas foram abordados " pois estávamos discutindo acordos específicos para essas duas questões e o debate serviria como subsídio" (leia mais sobre o cordo à página 20).

Sobre as máquinas injetoras de plásticos também havia sido programada uma sessão da Semsat, marcada para acontecer no Sindicato dos Plásticos de São Paulo. Infelizmente, o debate não ocorreu por problemas alheios

à vontade do Diesat.

O acordo sobre as máquinas injetoras com o sindicato patronal acabou saindo. Sua análise e as principais resoluções encontram-se na matéria que se segue (à pág. 12).

## contrato coletivo

Todos esses debates foram direcionados para a discussão do contrato coletivo na área de saúde. Para o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e ex-presidente do Diesat, Carlos Aparício Clemente, que participou do debate de encerramento representando a Força Sindical, ainda falta ao movimento sindical um comprometimento maior em relação às questões relativas à saúde. Clemente destacou que, muitas vezes, as divergências entre as centrais sindicais impedem o trabalho conjunto, prejudicando os trabalhadores.

O atual presidente do Diesat, Élcio Tibério, cujo sindicato é filiado à CUT, concorda com a análise de Clemente: "É necessário termos



... Maria C. Binder e Michel Monteau

consciência de que os problemas, e as soluções, referentes à saúde do trabalhador não são monopólio de nenhuma central. O Diesat tem desenvolvido a intersindicalidade com sucesso e creio que o caminho é esse mesmo. Independente de a qual central o sindicato é filiado, os problemas são muito parecidos e devem ser tratados em conjunto, sempre que possível".

Para Paulo Roberto do Nascimento, coordenador técnico do Diesat, o trabalho intersindical deverá apontar, necessariamente, para a discussão de um contrato coletivo para a área da saúde. "Sem regras gerais definidas pouco avançaremos nas questões de saúde. Os acordos assinados em relação às máquinas injetoras e ao Benzeno representam um avanço e um importante começo. Devemos ampliá-los para outras áreas até conseguirmos um contrato coletivo nacional", destaca.

### árvore de causas

Durante o encerramento da Semsat foi lançado o livro *Árvore de Causas – Método de Investigação de Acidentes de Trabalho*. Escrito por Maria Cecília P. Binder, Ildeberto Martins (professores da Unesp de Botucatu) e Michel Monteau (pesquisador do INRS da França) e lançado pelo Diesat e a Publisher Brasil Editora, o livro apresenta um estudo detalhado sobre o método, sua aplicação, conceitos e exercícios.

O método de *Árvore de Causas* ainda é novidade no Brasil, apesar de já ser conhecido na França há 20 anos. Para o ex-coordenador técnico do Diesat, Luiz Felipe, "o conhecimento desse método é necessário para todos os trabalhadores envolvidos com a questão da prevenção de acidentes. Os debates da Semsat e o lançamento do livro são importantes contribuições para o movimento sindical", destaca Felipe.

## COMO FOI A PROGAMAÇÃO DA XIII SEMSAT

29/8

Local – STI Metalúrgicos de Salto

Tema - LER

STI Metalúrgicos de Guarulhos

Tema - LER

30/8

Local – STI Metalúrgicos de Santos

Tema – Benzeno

STI Químicos de Jacareí

Tema – LER

31/8

Local – STI Metalúrgicos de Osasco

Tema – LER

STI Químicos do ABC

Tema – Benzeno

1/9 – Encerramento

Local – Sindicato dos Jornalistas

Tema – A saúde dos trabalhadores no contrato coletivo de trabalho – debate entre as centrais sindicais – CUT/CGT/Força Sindical.

Lançamento do livro *Árvore de Causas – Método de Investigação de Acidentes de Trabalho*



Clemente (ao microfone): falta comprometimento ao movimento sindical

# Convenção representa avanços para o setor plástico

**Acordo entre empresários e trabalhadores pode significar uma redução drástica nos acidentes e mutilações**

Rodolfo Andrade Vilela,  
Walter Takashi  
e Eliane Coelho

Após dois anos de trabalho envolvendo negociações, levantamento de dados e reuniões com setor empresarial e com trabalhadores, foi assinado no dia 27 de setembro a Convenção Coletiva sobre Máquinas Injetoras de Plásticos. Essa Convenção é um acordo coletivo específico, bilateral e reflete maior grau de maturidade nas relações capital/trabalho, uma vez que foge das rotinas das negociações tuteladas pela Justiça do Trabalho nas épocas das datas base, quando se discute no máximo uma renovação dos índices salariais. O significado dessa convenção, além de sua importância enquanto ferramenta de caráter preventivo para os acidentes de trabalho no setor plástico, contém um valor simbólico, abrindo perspectiva para a implantação do contrato coletivo de trabalho.

## Histórico

No decorrer da Câmara Setorial do Complexo Químico, o então Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Plástica de S. Paulo, agora unificado com o Sindicato



Maturidade: trabalhadores e empresários durante assinatura do acordo.

dos Químicos de S. Paulo, realizou em setembro de 1993 o seminário "Plástico do Futuro", convocando trabalhadores e empresários para debater as perspectivas do setor. O Sindicato dos trabalhadores apresentou dados dos acidentes de trabalho no setor plástico onde ficou demonstrada a gravidade e a importância de ter-se uma ação preventiva junto às máquinas injetoras.

A partir daí iniciou-se um processo de conversação envolvendo representações de trabalhadores (CNQ/CUT e Federação dos Químicos de São Paulo), de empresários (Sindiplast e Abiplast), fabricantes de máquinas injetoras (Sindmaq e Abimaq), Ministério do Trabalho, Fundacentro, Diesat, Cerest/SUS etc. Esse fórum produziu a atual

Convenção para o âmbito do Estado de São Paulo com perspectiva de sua extensão para todo o país.

Junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) produziu-se norma específica para máquinas injetoras, que entrará em vigor no início de 1996 e servirá como referência para o Mercosul. Agora se encontra em fase final de elaboração outra norma geral de prevenção de acidentes em máquinas que define as "distâncias de segurança" para proteção de membros.

## Diagnóstico

O setor de transformação de plástico concentra 35% de suas atividades nacionais no Município de São Paulo. De um total de

4.000 empresas, com 180 mil trabalhadores, a cidade de São Paulo absorve aproximadamente 44 mil profissionais distribuídos em cerca de 1.405 empresas e micro-empresas, que empregam 48% dos trabalhadores do setor. Estima-se que cerca de 80% do maquinário em funcionamento no parque produtivo em nível nacional está obsoleto.

Levantamento junto ao CRP/INSS-SP, em 1992, revelou um dado que a diretoria do sindicato já desconfiava: foram encontrados em São Paulo 85 casos graves de afastamento de processo de reabilitação, incluindo acidentes de trabalho, doenças profissionais, acidentes de trajeto etc.

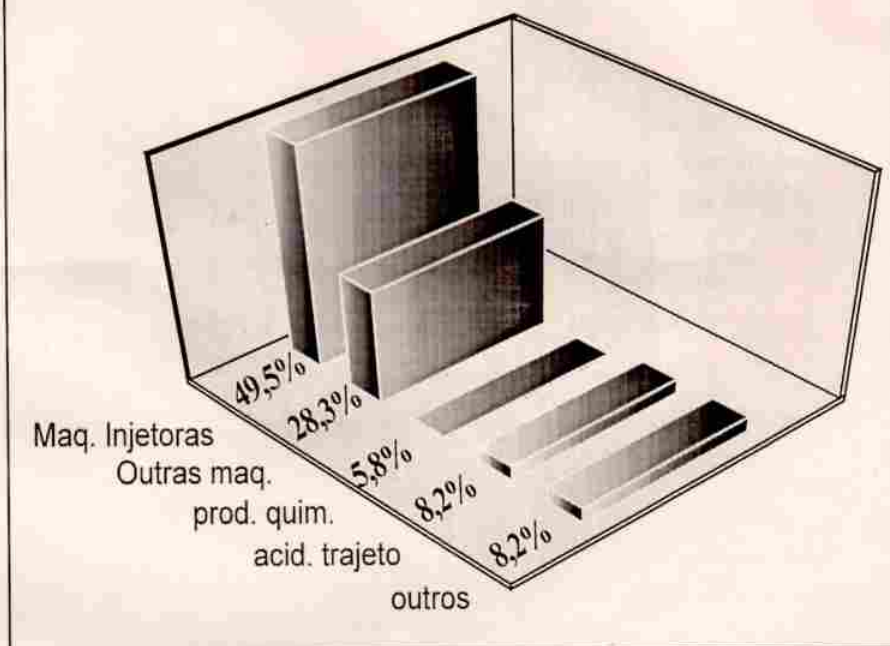
Os principais equipamentos causadores das lesões foram as máquinas injetoras de plástico, responsáveis por 42 dos 85 casos registrados naquele ano, disparadamente a máquina com maior risco, sendo que outras representaram mais 24 casos, totalizando 77,8% de acidentes com máquinas contra 5,8% de produtos químicos, 8,2% de acidentes de trajeto e 8,2% de outros casos.

As mutilações revelam que 75% dos acidentes atingiram os membros superiores (mãos e braços), demonstrando que os equipamentos operaram com áreas de riscos desprotegidas.

Constatou-se, também, que o fator experiência e ausência de treinamento específico contribuem de modo significativo para a ocorrência dos acidentes uma vez que 39% dos acidentados tinham menos de três meses na função.

Associa-se a esse quadro o baixo grau de qualificação e de escolaridade da mão-de-obra operadora dos equipamentos produtivos: 59% dos trabalhadores possuem só até a 4ª série do primeiro grau, sendo que 13% são analfabetos.

## MÁQUINAS INJETORAS SÃO RESPONSÁVEIS POR 50% DO TOTAL DE ACIDENTES



Após o trabalho de reabilitação do CRP esses trabalhadores são readaptados para funções ainda de menor grau de complexidade, agravando o quadro de segregação social e inviabilizando as poucas chances de ascensão funcional. Constatou-se o rebaixamento funcional de trabalhadores que antes eram operadores de máquinas e depois passaram a ajudantes gerais, de ajudantes gerais para office-boy ou porteiro etc.

### Conclusões

A Convenção de Máquinas Injetoras é uma possibilidade aberta e seu sucesso vai depender do empenho dos diversos atores a partir do local de trabalho, envolvendo os sindicatos, cipas, empresas etc.

A Confederação Nacional dos Químicos da CUT (CNQ) optou

por um caminho de superação da postura tradicional do movimento sindical, que é de eterna vítima. Buscou-se uma alternativa visando atingir os fatores que levam ao acidente, e concluiu-se que só um processo preventivo amplo, que leve em conta a necessidade de conscientização, treinamento, renovação do maquinário e o aumento do poder de intervenção dos trabalhadores no processo de trabalho poderá transformar a presente realidade.

Rodolfo Andrade Vilela (eng. segurança), Walter Takashi (médico do trabalho) e Eliane Coelho (advogada) são assessores do Sindicato Químicos de São Paulo/CNQ-CUT.

## PRINCIPAIS CLÁUSULAS DO ACORDO

1. As indústrias do setor plástico se comprometem a instalar dispositivos de segurança de modo a impedir a exposição do operador a risco para evitar acidentes:

– Esses requisitos de segurança definem a obrigatoriedade de instalar pelo menos dois dispositivos que operem em série: uma porta de proteção acoplada a um dispositivo liga-desliga de modo que a função de injeção e fechamento do molde só ocorre com a porta fechada, mais uma proteção mecânica ou hidráulica que impede o fechamento do molde com a porta aberta. Define ainda regras de manutenção e treinamento, bem como estabelece um selo de certificação para as máquinas que atenderem aos requisitos;

– Define prazos para instalação dos dispositivos de acordo com o porte das empresas: empresas acima de 300 funcionários o prazo é de março de 1996, escalonado até dezembro de 96, e para as menores de 20 funcionários o prazo termina em dezembro de 1997;

2. As máquinas usadas e novas colocadas à venda deverão estar providas dos dispositivos de segurança;

3. Caracteriza risco grave o não cumprimento do item 1, cabendo ao trabalhador ou seu representante notificar a Cipa, que deverá notificar a empresa (por escrito) para paralisação da máquina – no caso de ocorrer o impasse é acionada uma Comissão Permanente de Negociação – CPN;

4. Papel e funcionamento da CPN: dois representantes do sindicato patronal e dois do sindicato dos trabalhadores, com reunião mensal para negociação de

conflitos, podendo instalar de comum acordo um processo de mediação ou arbitragem;

5. Papel da Cipa: Elo de ligação entre a CPN e o local de trabalho. Garantias: solicitar assessoria técnica aos sindicatos ou órgãos públicos, tem garantia de acesso a informações, realiza a checagem periódica dos itens do acordo;

6. Capacitação obrigatória dos trabalhadores e dos membros das Cipas, com a participação da CPN na definição do conteúdo e das entidades que irão ministrar os cursos;

7. Proíbe o trabalho do menor, exceto nos casos formais de aprendizagem (Senai);

8. A CPN poderá negociar indenização civil direta para os acidentados sem passar pela justiça;

9. Define compromisso entre as partes para buscar fontes de financiamento para renovação do maquinário e instalação de dispositivos de segurança (Bndes, Finep);

10. Divulgação obrigatória da Convenção pelo Sindicato das Indústrias Plásticas junto às empresas do setor;

11. Garantia de emprego aos trabalhadores acidentados até aposentadoria (inclui acidentados com contrato em vigor na data da assinatura);

12. Define penalidades de multa a serem recolhidas para o sindicato dos trabalhadores no caso de não cumprimento da Convenção.

**SINTONIZE TODO SÁBADO, DAS 6 ÀS 7H**

**"A VOZ DA MASSA"**

**UM PROGRAMA DO SINDICATO DOS PADEIROS DE SP  
PARA TODOS OS TRABALHADORES**

**RÁDIO MUNDIAL AM 650 KHz**

# Luta contra acidentes com cilindro

**Soluções técnicas existem, mas falta interesse do setor patronal em resolver o problema**

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo está prestes a dar um basta nos acidentes que vêm moendo as mãos dos trabalhadores no setor. Não há estatísticas precisas, mas dados do terceiro trimestre de 95 servem para ilustrar a seriedade do problema. De junho a agosto, nove trabalhadores acidentados procuraram o sindicato. Apenas três dos nove eram registrados.

Todos os acidentes ocorreram no cilindro laminador, usado para sovar a massa. Ele é um aparelho bastante simples: uma mesa com dois rolos acionados eletricamente. Custa cerca de R\$ 3 mil e, conforme os fabricantes, teria vida útil de cinco anos. Mas grande parte das padarias tem cilindros com mais de 20 anos de uso.

Os acidentes ocorrem quando, ao processar a massa, os padeiros, em função de condições inadequadas de trabalho e por falha no equipamento, ficam com a mão presa. Isso acontece porque não existe nenhum mecanismo de proteção.

Os acidentes costumam provocar fraturas nas falanges e afetam nervos e tendões. Não são raros os casos em que é necessário amputar a parte lesada. Também é frequente a perda parcial ou total dos movimentos.



**Amputação de membros: trágica rotina dos trabalhadores em padaria**

## Solução à vista

Em conjunto com a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), o sindicato envolveu outros órgãos para se estudar medidas de proteção, como a Fundacentro e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos para Panificação (Abiepan). A Abiepan apresentou como proposta a instalação de uma cobertura de proteção no cilindro para impedir o acesso das mãos do operador aos rolos laminadores.

Também foi apresentado um dispositivo de inversão da rotação dos rolos, um sistema elétrico acionado por um micro-interruptor

localizado na parte frontal da mesa do cilindro. O dispositivo desligaria a máquina imediatamente e faria os rolos girar ao contrário para soltar a mão do operador, em caso de acidente.

As soluções foram aprovadas pelos técnicos em segurança do trabalho em meados de outubro.

Agora a luta é tornar obrigatório o uso desses mecanismos de proteção, tanto nos cilindros que saírem da fábrica como nos que estão em atividade nas padarias. Isso pode representar tranquilidade não só para os trabalhadores em panificação da Grande São Paulo, base do Sindicato, como para todos os trabalhadores do país nesse setor.



# ISO 14000 e a segurança dos trabalhadores

Rodolfo Andrade G. Vilela

Ao inserir a questão ambiental no rol de assuntos necessários para as empresas continuarem a ganhar dinheiro, via pressão do consumidor, a sociedade está descobrindo um método para influir na política das empresas. É a velha história do burro que vivia empacando, não adiantava espora ou chicote, até que um dia seu dono resolveu amarrar a cenoura na ponta de uma vara e percebeu o sucesso do novo método.

Assim deverá ocorrer com as empresas, que pouco andam com métodos de pressão, como legislação ou com a pressão do movimento social. O meio ambiente deverá ser a próxima "cenoura" que todas as empresas vão correr atrás, pensando logicamente nos seus negócios e lucros em função da globalização da economia.

A ISO é uma organização internacional de padronização (International Organization for Standardization), que reúne órgãos de normalização de diversos países. Foi fundada em 1947 e conta com mais de 100 países membros, inclusive o Brasil. Aqui, o órgão certificador e normalizador é a Associação Brasileira de Normas Técnicas, (ABNT), entidade privada sustentada pelas empresas que participa das decisões da ISO como entidade fundadora.

A série ISO 14000 surgiu em julho de 1993 durante reunião internacional no Canadá e está

## As entidades de trabalhadores não podem deixar a ISO 14000 nas mãos dos interesses econômicos

sendo preparada para entrar em vigor a partir de 1996. Esse conjunto de normas estabelece as ferramentas e um sistema de gestão ambiental, que deverá ser adotado voluntariamente pelas empresas que se interessarem em obter certificação e ingressarem em melhores condições na disputa do mercado globalizado.

Grandes empresas brasileiras (33 delas) se organizaram junto à ABNT e formaram um comitê denominado Gana (Grupo de Apoio à Normalização Ambiental) cuja a finalidade é garantir seus objetivos e interesses na definição da Norma, através da posição

oficial do Brasil, acompanhando de modo sistemático cada passo das propostas e definição nos fóruns da ISO.

As duas normas previstas para o próximo ano são a ISO 14000, que define as diretrizes gerais, princípios e técnicas de suporte e a ISO 14001 que define o sistema de gestão ambiental, com especificação de guia para uso. Essa última terá maior incidência, pois será a norma certificável.

Outras normas da série 14000 não serão certificáveis e estabelecem regras para auditoria ambiental, rotulagem ambiental, auto-declarações, além da análise do ciclo de vida do produto. Por ser um dos instrumentos que permite uma análise profunda do ciclo industrial desde o início do processo até a destinação do resíduo, verificando os riscos em cada fase,



Queimadas: agressão ao meio ambiente. A ISO 14000 pode ajudar a evitar

## A ISO 14001 PREVÊ:

### 1. Política ambiental onde a empresa

Deverá definir, documentar e comunicar sua política ambiental (Gana) para os públicos interno (empregados) e externo (partes interessadas).

A política deve ser apropriada à natureza, ao tamanho e aos impactos ambientais de suas atividades, produtos e/ou serviços;

Deve prever o arcabouço para o estabelecimento de objetivos e metas ambientais.

Deve ter comprometimento com a prevenção da poluição e com o cumprimento da legislação ambiental;

### 2. Planejamento

Deverá levar em conta os aspectos ambientais, a legislação e outros requisitos, o estabelecimento de objetivos e metas ambientais e um programa de gestão ambiental com definição de responsável(eis) para o atendimento dos objetivos, os meios e o cronograma para o

desenvolvimento do programa;

### 3. Implementação e Operação

Deve estabelecer estrutura e responsabilidade, treinamento, conscientização e competência, comunicação, documentação do sistema de gestão ambiental, controle de documentação, controle operacional e preparação e respostas para emergências;

### 4. Ações de verificação e correção

Que deverá constar de medição e monitoramento, ações para prevenção e correção de não conformidade, registros e plano de auditoria periódica do sistema de gestão ambiental;

### 5. Revisão do Sistema de Gestão Ambiental

Deverá ocorrer com intervalos apropriados a revisão geral e crítica do sistema implantado, num processo que vise a melhoria contínua.

o ciclo de vida foi o item mais questionado pelas empresas e pelos representantes brasileiros na última reunião internacional.

A ausência da representação do movimento sindical e de entidades ambientalistas e a falta de articulação de um campo de interesses diverso do dos mercadológicos comprometeu um dos objetivos, a inclusão do ambiente interno (saúde e segurança dos trabalhadores) no escopo da política ambiental para fins de normalização.

Esse tema ficou no limbo podendo ser adotado pela empresa ao definir de modo individual sua política ambiental.

Apesar dessas deficiências, a ISO 14000 deverá, a depender da pressão e nível de consciência dos trabalhadores nas empresas, e dos consumidores como ocorre principalmente em outros países, se constituir em uma importante ferramenta de melhorias no meio ambiente. Portanto, é assunto muito sério para ser deixado ao bel prazer dos interesses econômicos das grandes empresas.



Cartaz de cinema na cidade de Bogotá

**il.** imagenlatina

Telefax (011) 283-2998

A Imagenlatina dispõe de mais de sete mil fotos da América Latina, em cromo e preto e branco. Imagens de quase todas as áreas e acontecimentos importantes dos últimos anos. Fotos que falam por si só. Antes de editar seu boletim, revista, livro ou qualquer publicação, ligue para a gente. Os movimentos sindical e popular têm prioridade e melhores condições de pagamento.

## **DIESAT ELABORA CLIPPING SOBRE SAÚDE DO TRABALHADOR**

O Diesat vem realizando levantamento de temas relacionados à saúde do trabalhador, que foram abordados pela grande imprensa nos últimos anos. Esse trabalho somente foi possível a partir da Hemeroteca do Diesat, que reúne diariamente matérias de vários jornais em nível nacional desde o segundo semestre de 1992, sempre relacionadas à saúde do trabalhador.

### **JÁ ESTÃO À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS CLIPPINGS REFERENTES A 1995 SOBRE OS SEGUINTE TEMAS**

- Meio ambiente
- Acidentes de Trabalho
- Reestruturação produtiva: reengenharia, qualidade total, novas tecnologias e globalização
- Trabalho infantil
- Previdência Social
- Aids
- Saúde da mulher trabalhadora

Os interessados em obter esses materiais devem entrar em contato através dos telefones (011) 223-7435 e 223-4414 (falar com Regina ou Fátima)

# Negociação produz acordo sobre benzeno

Nilton B. B. Freitas

O benzeno é conhecido desde 1825 quando foi isolado por Faraday na fração de óleos leves resultantes da destilação do carvão mineral. Em 1849 começou a ser produzido em escala industrial e, em 1941, passou a ser obtido de matérias-mundo. Os efeitos malignos do benzeno para a saúde vêm sendo estudados e sua utilização regulamentada, com proibições de uso em algumas atividades e redução dos limites de exposição em outras.

No Brasil, a luta contra o produto ganhou impulso a partir da década de 80, quando milhares de trabalhadores foram afastados do trabalho acometidos pela leucopenia. No início dos anos 90, mortes de trabalhadores foram registradas tendo como origem a exposição ao produto. Diversas ações foram implementadas por sindicatos de trabalhadores e instituições públicas de saúde nos últimos 10 anos, como resposta da sociedade civil organizada contra essa situação.

Em 1992 o Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde de São Paulo expediu norma sobre o Diagnóstico da Intoxicação pelo Benzeno, incorporada em seguida pelo INSS. Em 1993 a Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho (SSST/MTB) organizou Grupo de Trabalho Técnico para subsidiá-la na expedição de uma regulamentação preventiva.

Em março de 1994 a SSST/MTB classificou o benzeno como substância cancerígena, proibindo a exposição ao produto. Tal regulamentação gerou forte reação empresarial, levando o governo a constituir grupo tripartite para rever

o assunto.

Os trabalhadores entraram nesse processo representados por suas centrais sindicais, a CUT, por exemplo, criou uma "Comissão Nacional do Benzeno" para organizar sua participação.

As negociações tripartites encerraram-se no mês de setembro passado, tendo resultado na elaboração de um acordo nacional, uma portaria regulamentando o assunto dentro das Normas Regulamentadoras do MTB, uma instrução normativa sobre avaliação ambiental e outra sobre vigilância da saúde, que estabelece os procedimentos da vigilância médica dentro das empresas.

A novidade é o fim do "limite de tolerância" e a criação do "Valor de Referência Tecnológico" (VRT), de 1 ppm para os ramos petróleo, petroquímico e químico, e 2,5 ppm para a siderurgia. O conceito de VRT reafirma a carcinogenicidade do benzeno e o entendimento de que não existe valor seguro de exposição ao produto, não eximindo, portanto, o risco à saúde. Por isso, esses valores são resultados de acordo entre as partes. No setor alcooleiro o uso do benzeno deverá

ser abolido, com alternativa tecnológica a ser definida pelo setor até dezembro de 96.

As empresas que usam benzeno serão cadastradas e devem dispor de um programa de prevenção que deve incluir medidas de engenharia e organização do trabalho para reduzir a exposição aos valores acordados. Estes são temporários e serão revistos no futuro. Os trabalhadores elegerão grupos de trabalhadores para o benzeno dentro das empresas vigiarem todo o processo de adequação. Uma Comissão Nacional Tripartite deve acompanhar o processo e continuar regulamentando matérias pendentes, como índice Biológico de Exposição a benzeno em combustíveis.

Outras medidas complementam treinamento obrigatório para terceiros, sinalização do risco e rotulagem de recipientes, mapeamento de benzeno na fábrica, arquivamento dos resultados das avaliações ambientais por 40 anos e uma série de obrigações e compromissos que asseguram aos trabalhadores mais direitos, mais cidadania e mais segurança e saúde no trabalho.

## NOVAS REGRAS PARA O AMIANTO

A partir de 1º de janeiro de 1996 os empregadores do setor de cimento-amianto deverão manter em todos os locais de trabalho a concentração de até 0,45 f/cm<sup>3</sup>.

Esta é uma determinação do "Acordo Nacional De Progresso Sobre O Uso Seguro Do Amianto", firmado em maio de 1995.

Pelo acordo os empregadores devem garantir a realização

periódica de medições da concentração de poeira de amianto em suspensão no ar nos locais de trabalho, que serão acompanhadas pela Comissão de Controle do Uso Seguro do Amianto. Os integrantes dessa comissão poderão solicitar a avaliação do ambiente de trabalho quando necessário ou impugnar os resultados das avaliações efetuadas.

# SUS. JÁ QUE ELE É SEU, É BOM SABER O QUE É.

*SUS é o Sistema Único de Saúde do Brasil. É um direito de todos garantido na Constituição, e que você paga através dos impostos. É uma grande conquista do nosso país, um dos poucos em todo o mundo a ter um sistema universal de saúde.*

## USADO CORRETAMENTE, NÃO TEM CONTRA-INDICAÇÃO.

### COMPOSIÇÃO

O SUS é composto por Centros de Saúde, Postos de Saúde, Hospitais, Hospitais de Alta Complexidade e Laboratórios, da rede pública e privada, que fazem assistência médica, atendimento comunitário, saneamento e controle de doenças.

### USO GERAL

Através de sua estrutura, é possível fazer consulta, atendimento de emergência, internação, serviço hospitalar diário, além de casos especiais, como transplantes, atendimento a deficientes físicos, saúde bucal, planejamento familiar, controle de qualidade de hemoderivados e sangue para transfusão.

### USO LOCAL

O SUS é administrado localmente pelas Prefeituras e fiscalizado através dos Conselhos Municipais de Saúde. É fundamental a participação das comunidades, principalmente porque são as beneficiárias diretas.

### MODO DE USAR

Nos Postos ou Centros de Saúde, as pessoas tratam mais da saúde do que das doenças. Neles, são feitas as vacinações, o controle pré-natal e as consultas. Grande parte das ocorrências médicas podem ser resolvidas nos Postos e Centros de Saúde. Ocorrências graves são encaminhadas para os hospitais. Solicitar sempre o Comprovante de Atendimento após o tratamento nos hospitais.

### CONTRA-INDICAÇÃO

O SUS não tem contra-indicação.

### RECOMENDAÇÕES FINAIS

Também fazem parte do SUS, as ações de saneamento básico e combate a doenças, como dengue, malária ou cólera, através dos Agentes de Saúde; ações de vigilância sanitária, fiscalizando medicamentos, alimentos, produtos de limpeza e cosméticos; e o acompanhamento da saúde da população através dos Agentes Comunitários e do Programa Saúde da Família.



Uma campanha de esclarecimento do  
**MINISTÉRIO DA SAÚDE**



O SUS É SEU. CUIDANDO DA SUA SAÚDE.

SUS

# Um "mico" para a população: arremedo de política social

Francisco Antonio de  
Castro Lacaz

Nos últimos meses a imprensa vem noticiando o empenho desenvolvido pelo ministro da Saúde, Adib Jatene, para obter adesões, no Congresso e fora dele, para conseguir a aprovação da proposta de emenda contitucional que autoriza o governo Federal a criar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Tal "contribuição" vai incidir "sobre saques em contas correntes e aplicações financeiras". Exemplo, quando o cidadão sacar ou transferir da conta R\$ 100,00, R\$ 0,25 serão recolhidos para o governo. Estima-se a arrecadação de R\$ 6 bilhões por ano, devendo sua vigência durar 18 meses. Esse dinheiro deve ser depositado integralmente no Fundo Nacional de Saúde (FNS) para financiar as "ações e serviços de saúde". Frise-se que imposição semelhante existiu no ano passado, com a denominação de Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF), sendo que agora procura-se amenizar o impacto da exigência chamando-a de contribuição, ao lado de uma ação de "marketing" procurando associar a proposta com a figura respeitada pela sociedade do ministro da Saúde, que trava uma batalha com a área econômica do governo.

Trata-se de uma medida polêmica, que tem defensores e críticos e sua aprovação pelo Senado Federal e Câmara Federal já demonstra o jogo de interesses

fisiológicos, da política do "é dando que se recebe", que estão sendo realizados pelo Executivo para conseguir votos no Congresso, através do envolvimento direto do presidente da República.

Exemplo disso foi a mudança de opinião do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), após retorno da viagem que fez à Argentina na companhia de Fernando Henrique Cardoso. Antes da aprovação Sarney considerava que "não era de boa técnica legislativa" votar-se a contribuição no momento em que uma proposta de reforma tributária mais abrangente está sendo discutida pelo Congresso.

Já o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), em discurso na tribuna do Senado no dia da votação, criticou a aprovação da CPMF dizendo que existe uma verba de R\$ 2 bilhões da Cofins, correspondente aos encargos previdenciários da União que não estão sendo mobilizados para seus fins sociais. É bom lembrar que a Cofins é uma contribuição que incide sobre o faturamento/lucro das empresas e que foi por elas considerada inconstitucional no ano passado. Assim, enquanto as empresas aguardavam o julgamento do mérito dessa questão, alegaram estar depositando "em juízo" tal contribuição. Após o julgamento, que considerou legítimo seu recolhimento, descobriu-se que a maioria das empresas não estava cumprindo o que declararam, isto é, o depósito em juízo ocorreu somente por parte de uma pequena parcela das empresas, deixando de ser recolhidos cerca de R\$ 60



Lacaz: jogo fisiológico do governo

bilhões, que acabaram sendo parcelados por vários anos, conforme decisão do Ministério da Fazenda, em 1994, sob FHC. Ou seja, fontes de custeio importantes para a saúde estão sendo fraudadas pelos empresários com a conivência do governo.

O que se observa é um jogo em que opiniões as mais variadas colocam-se, seja para alterar posições assumidas, como o que vêm ocorrendo com vários parlamentares após "conversa" com representantes do executivo, seja para atacar a CPMF de um ponto de vista conservador defendendo a proposta "moderna" do Plano de Atendimento à Saúde (PAS), amplamente criticado pelas entidades médicas e organizações da população usuária.

O que não se coloca no debate é que a garantia do bom uso do orçamento da Saúde somente existirá quando a fiscalização da aplicação das verbas for garantida

através do controle exercido pela sociedade, mediante Conselhos gestores, como previsto pela Lei 8.080/90, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS)

Ainda timidamente atuantes e cuja eficiência real se dará em nível da municipalização da Saúde, os conselhos são uma poderosa arma contra a malversação dos recursos da saúde pelas fraudes praticadas mediante internações desnecessárias e manipuladas pela rede hospitalar privada. E aqui está o ponto mais importante que deve ser criticado dentro da proposta da CPMF. Mais uma vez o Ministério da Saúde baseia sua estratégia política num "samba de uma nota só", onde o dinheiro a ser arrecadado vai ser aplicado no pagamento das contas aos hospitais particulares conveniados ao SUS, já que no próximo ano essa verba será utilizada para "garantir a recomposição da tabela do SUS" pela qual são pagas as contas dos

serviços comprados pelo sistema dos hospitais privados e que este ano obrigou o empréstimo de R\$ 1,2 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para reajuste da tabela em 25%, (os hospitais queriam 42%, o que obrigaria o repasse de R\$ 2,4 bilhões do FAT). Lembre-se que essa prática de empréstimo do FAT já ocorreu no governo passado, na época negociado pelo ministro do Trabalho, e não houve qualquer melhoria da assistência à saúde pública. A negociação da medida provisória que autorizará o repasse estranhamente se deu "entre a equipe econômica do governo e o Ministério da Saúde." Segundo o ministro Jatene adiantou, para alegria e vibração do lobby da Federação Brasileira de Hospitais, "esperamos, no próximo ano, poder recompor as perdas totais".

É necessário ressaltar que essa mesma equipe econômica, cuja preocupação única é a

"estabilidade do real", através do Ministério da Fazenda, enviou emenda constitucional ao Congresso Nacional, que passou despercebida e é altamente contrária aos interesses da população. Conforme o articulista Luís Nassif, em sua coluna da Folha de S.Paulo do dia 19 de outubro, a emenda "acaba com a obrigatoriedade da universalização e gratuidade do atendimento da saúde". Trata-se de mais um golpe aos direitos conquistados na Constituição de 1988 e que o Estado se desobriga a atender.

Vê-se que quando a "política" de saúde coloca como prioridade o aspecto curativo e centrado no atendimento hospitalar privado, correndo atrás do fechamento das contas sem considerar a importância das ações de prevenção e a qualidade de vida, estará fadada a ser mais um sorvedouro de dinheiro que sempre acaba metendo a mão no bolso do povo.

## **Agora você pode adquirir livros da Hucitec diretamente pelo Diesat**

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Preço (R\$)</b>
Educação Médica e Capitalismo	Lília B. Schraiber	11,00
Manual de Saúde Mental	Benedett Sarraceno	8,50
Psicologia e Saúde	Florianita C.B. Campos	9,00
Saúde Pública como Política (A)	Emerson Elias Merthy	14,00
Saúde Pública e a Defesa da Vida (A)	Gastão Wagner de Souza	15,00
Terapia Ocupacional	Lea Beatriz T. Soares	13,00
Trabalho em Turnos e Noturno	Joseph Rutenfrans	13,00

Os pedidos devem ser feitos diretamente ao Diesat pelo telefone (011) 223-7435  
Preços sujeitos a alterações

# Saúde reprodutiva e os perigos das substâncias químicas

Poucas pesquisas sobre os danos reprodutivos provocados por substâncias químicas foram produzidas antes de meados dos anos setenta e ainda há intenso debate acerca da validade das técnicas de pesquisa disponíveis. De qualquer modo há pelo menos 200 substâncias para as quais já se publicou evidências de danos reprodutivos. Este texto informa sobre os principais riscos químicos e como evitar ou reduzir a exposição.

As substâncias químicas podem afetar a saúde reprodutiva tanto de homens quanto mulheres, seja antes ou depois da concepção. Nos homens podem provocar a perda do desejo sexual, a impotência, a redução da contagem de espermatozoides e a infertilidade. As mulheres podem sofrer perda do desejo sexual, infertilidade e distúrbios na ovulação



e na menstruação, problemas relacionados e à fixação e desenvolvimento da placenta.

As substâncias que podem causar danos genéticos, em homens ou mulheres, podem conduzir a abortos, nascimentos mortos, defeitos ao nascer (baixos pesos, deformidades, anomalias cromossômicas etc.), doenças genéticas, câncer, desenvolvimento físico e mental retardado e mortalidade infantil. Algumas substâncias químicas ingeridas através do leite materno também podem provocar a mortalidade precoce e o retardamento do desenvolvimento. A lista de substâncias a seguir compreende aquelas para as quais os danos reprodutivos foram comprovados ou são altamente prováveis. A lista das substâncias "suspeitas", no entanto, é muito maior.

## Anestésicos

Gases anestésicos, principalmente o óxido nítrico e, menos conclusivamente, o halothane, são suspeitos de causar aborto espontâneo; também há indícios de que têm implicações na malformação congênita de recém-nascidos. Há evidências de que a gravidez de parceiras de homens expostos aos anestésicos pode caminhar para aborto espontâneo. Os que estão sob maior risco são o pessoal de salas de cirurgia, incluindo limpadores, dentistas e trabalhadores veterinários.

## Monóxido de Carbono

A exposição ao monóxido de carbono afeta a fertilidade das mulheres. A exposição durante a gravidez pode levar à morte do feto ou danos cerebrais nos sobreviventes. O fumo dos produtos de combustão do monóxido de carbono são o subproduto de numerosos processos de queima de óleo como os motores a gasolina ou diesel e nos aquecedores a gás. São formados em pequenas quantidades pelas fotocopiadoras e impressoras a laser. É um produto significativo dos cigarros.

## Dissulfeto de Carbono

O dissulfeto de carbono é um solvente usado na indústria plástica e também em inúmeros outros processos industriais. Em homens e mulheres causa disfunção sexual. É tóxico para os fetos e, sendo transmitido aos recém-nascidos através do leite materno, pode causar distúrbios neurológicos.

## Formaldeído

Evidências demonstram que a exposição ao formaldeído pode causar esterilidade nas mulheres. Pode haver, também, efeitos sobre



menstruação e sobre a gravidez. Há uma grande quantidade de relatos sobre danosos efeitos em os animais. Os que estão sob risco particular são os trabalhadores de hospitais do mobiliário, da construção e os envolvidos na indústria de plásticos, tintas, espumas e resinas.

### Éteres Glicóis

A despeito dos intensos esforços da indústria eletrônica em negar, demonstrou-se que alguns "glycol ethers" (também conhecidos como "cellosolves" causam abortos, seja pela sua inalação, seja através da absorção pela pele. Estão também relacionados a baixos pesos ao nascer e malformações. Interferem na capacidade reprodutiva masculina. Os EG são usados como desengraxantes na manufatura de chips de silicone. Também são usados como solventes em uma grande quantidade de outros processos industriais e como agentes anti-congelantes para o petróleo e outros óleos.

### Chumbo

O chumbo e seus compostos são potentes tóxicos para a saúde reprodutiva para homens e mulheres. Foram associados à esterilidade, distúrbios menstruais, impotência, danos ao esperma, abortos, nascimentos mortos, aumento da mortalidade infantil, baixos pesos ao nascer, lento desenvolvimento infantil e retardo infantil. A exposição antes da concepção pode resultar em falhas reprodutivas e mau desenvolvimento. Os efeitos aparecem mesmo sob baixos níveis de exposição. Além dos trabalhadores de processos industriais estão sob riscos os soldadores, pintores e pessoas expostas à queima de petróleo.

### Metais

Muitos outros metais além do chumbo são tóxicos para a reprodução. Particularmente perigosos são o cádmio e seus compostos (matam ou danificam fetos; afeta o desenvolvimento pós-natal; causa danos nos testículos) e o mercúrio e seus compostos (distúrbios menstruais e ovulação reduzida; causa possível de abortos espontâneos, seja pela exposição materna ou paterna; defeitos no sistema nervoso central em recém-nascidos; desejo sexual e potência reduzidos nos homens).

Outros metais suspeitos de efeitos sobre a reprodução são arsênio, berílio, manganês, selênio, telúrio e tálio.

### Pesticidas

Grande variedade de pesticidas é conhecida pelos seus efeitos sobre a reprodução. Uma lista não-definitiva de pesticidas com alguma evidência de danos reprodutivos é: dibromocloropropano, DDT, dieldrin, aldrin, lindano, malathion, parathion, carbaryl, 2,4-D, 2,4,5-T, paraquat, simazine, atrazine, zineb, captan e pentaclorofenol. A lista só é limitada pela falta de pesquisa. Sob risco estão os trabalhadores da indústria química, trabalhadores rurais, de jardins e parques, da construção civil e uma multidão de outras pessoas sujeitas a exposição não-ocupacional.

### Fármacos

Uma grande quantidade de drogas medicinais agora é conhecida por seus efeitos reprodutivos adversos. Isso pode colocar em risco os trabalhadores que as produzem e as manipulam. Danos particulares são conhecidos na fabricação dos contraceptivos orais e na manipulação de drogas anti-câncer.

### Difenil Policlorado

Os difenis policlorados são fluídos não condutores de eletricidade que apresentam uma variedade de aplicações industriais. Níveis elevados foram encontrados no leite materno, o que pode estar relacionado com o baixo desenvolvimento em crianças. Também há relatos de problemas menstruais.

### Solventes

Solventes organoclorados (ex. tricloroetileno) são associados com aborto espontâneo e a ocorrência de câncer em crianças. Hidrocarbonetos aromáticos também são associados com fertilidade reduzida, abortos espontâneos, malformações e baixos pesos ao nascer. Há evidência de câncer em recém-nascidos resultante de exposição paterna. A mistura muito usada de metil-etil-cetona (tiner) pode danificar embriões e fetos. Grupos particularmente sob risco são os trabalhadores de lavagem a seco, pintores e trabalhadores de laboratório.

### Vinil Clorido

A exposição paterna ao monômero do VC pode causar defeitos no sistema nervoso central de recém-nascidos. Há relatos conflitantes sobre se a exposição paterna pode causar aborto espontâneo. O monômero VC é um agente causador de câncer, o qual é conhecido por penetrar na placenta. Essa substância é empregada na produção de plásticos e os trabalhadores nesses processos estão sob maior risco, mas os moradores da vizinhança das fábricas também podem ser afetados.

Traduzido do The Daily Hazard nº 40, Setembro 1993. London Hazards Centre

# Árvore de Causas

Luiz Felipe Silva

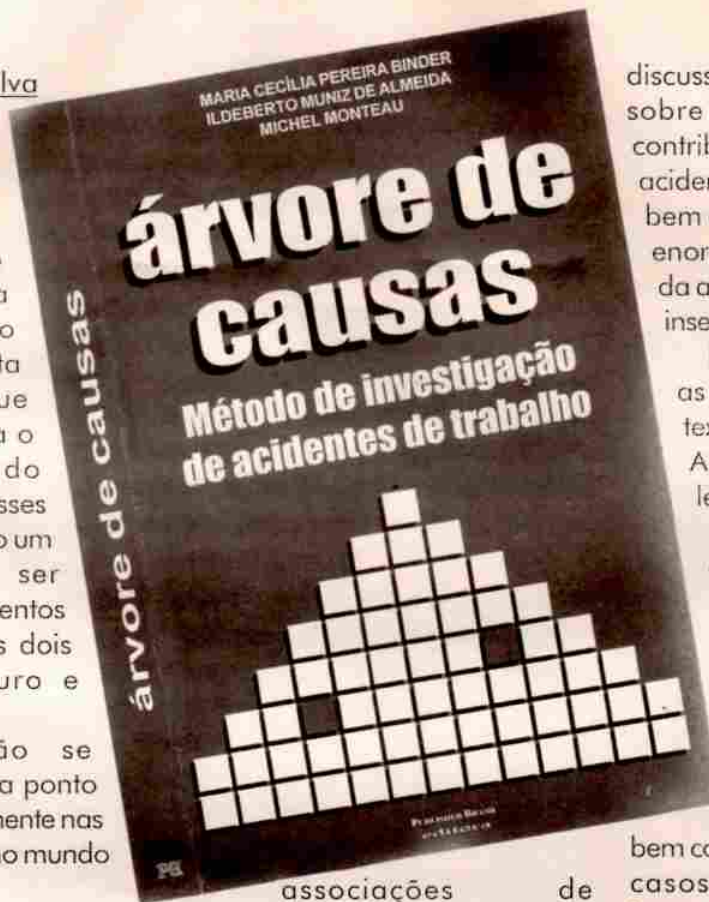
O tema que diz respeito à questão de acidentes de trabalho tem sido abordado invariavelmente de forma simplista, cujo entendimento comporta uma interpretação que reduz de forma drástica o desencadeamento do evento. O acidente, nesses casos, é visualizado como um fenômeno que pode ser dissecado com instrumentos que cortam em apenas dois sentidos: ato inseguro e condições inseguras.

Essa interpretação se fortaleceu de tal modo a ponto de se enraizar profundamente nas metodologias aplicadas no mundo da saúde e trabalho.

A obra de Heinrich, cuja importância histórica é inquestionável, uma vez que pode ser citado como um dos primeiros a discutir a causalidade sobre o tema de acidentes de trabalho, influenciou de forma marcante a consolidação dessa análise, através da teoria dos dominós.

O livro "Árvore de Causas" (ADC) de Binder, Almeida e Monteau, lançado recentemente com o apoio do Diesat, tem a missão de fazer penetrar em nossa realidade esta metodologia de abordagem do acidente. Não é demais lembrar que Monteau é considerado como um dos primeiros que conceberam o método.

A obra possui um caráter acadêmico para discorrer sobre o t anteriores eram na forma de



associações de trabalhadores.

Justamente por esse tratamento científico dado ao texto pode-se refletir com maior liberdade sobre a sua formação e aplicação, bem como a sua inserção na discussão da causalidade. Naturalmente diferenças sociais e históricas separam Brasil e França e estas certamente refletem sobre o desenvolvimento do método ADC. São situações distintas, uma vez que a implantação na França foi e ainda é, através das empresas, ou seja o próprio serviço de prevenção no interior das fábricas eventualmente absorve e reproduz a metodologia para a finalidade de prevenção.

A despeito dessas diferenças, o método ADC implica em uma visualização mais ampla do acidente, além de permitir uma

discussão abrangente e profunda sobre os fatos relevantes que contribuíram para a geração do acidente. Essa característica como bem demonstra o livro, tem uma enorme capacidade de diluição da análise estreita e rígida do ato inseguro e da condição insegura.

Não por nacionalismo, mas as partes correspondentes aos textos elaborados por Binder e Almeida favorecem uma leitura mais leve e fluida.

Os capítulos concernentes à indicação do método e aos exemplos de aplicação constituem-se como parte fundamental da obra, uma vez que é elaborada uma discussão bastante pertinente a respeito da aplicação em nosso país,

bem como a ilustração com diversos casos, que serve como um importante auxílio para a compreensão.

Enfim, trata-se de uma obra que investe com firmeza sobre a prevenção de acidentes, apresentando formas chamadas heurísticas de discutir a causalidade. Apesar dos limites, como os fatos ou causas serem colocados no mesmo plano sem uma distinção de magnitude e intensidade, ou ainda ser tachado de funcionalista, é uma metodologia, entre outras, que deve ser estudada com carinho por pessoas envolvidas no complexo universo da prevenção de acidentes. Este livro é a ferramenta indicada para esse envolvimento.

Árvore de Causas - Método de Investigação de Acidentes de Trabalho  
148 págs. Editado pela Publisher Brasil, com apoio do Diesat

**LER qualquer coisa e  
fazer ruídos por aí não  
estão com nada**

**Assine Trabalho & Saúde. A revista com  
informações específicas e completas sobre saúde  
e segurança do trabalhador.**

**Ou você prefere ficar passando mercúrio no  
chumbo, hein asbestos?**

**Ficha de Assinatura**

**Nome:** \_\_\_\_\_  
**Profissão:** \_\_\_\_\_  
**Instituição:** \_\_\_\_\_  
**Endereço:** \_\_\_\_\_ **CEP:** \_\_\_\_\_  
**Cidade:** \_\_\_\_\_ **Estado:** \_\_\_\_\_  
**Tel:** \_\_\_\_\_

**Assinatura de 4 exemplares:** ( ) R\$ 16,00  
**Assinatura de 8 exemplares:** ( ) R\$ 30,00

**Envie este cupom, ou a xerox dele, acompanhado de cheque nominal  
para o Diesat: Caixa Postal 4901 - CEP: 01051-970**

**REV. TRABALH. & SAÚDE PESQUISA SAÚDE T.C. -  
UNID. DE TRAB. - DIESAT**

# Diesat 15 anos

em defesa da saúde dos  
trabalhadores

